

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.724 - SP (2020/0029196-3)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BIRIGUI - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE ARAÇATUBA - SJ/SP
INTERES. : IRENE BERSANI
ADVOGADO : JAMES ALBERTO SERVELATTI - SP389935
INTERES. : ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUAÇU
ADVOGADO : ALEXANDRE GOMES DE OLIVEIRA - MG097218
ADVOGADOS : CARLA ANDREA BEZERRA ARAÚJO - RJ094214
BEATRIS JARDIM DE AZEVEDO - RJ117413
INTERES. : UNIAO EDUCACIONAL E CULTURAL PIAGET -
UNIPIAGET
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Birigui/SP e o Juízo Federal da 1ª Vara de Araçatuba – SJ/SP, nos autos da ação de conhecimento ajuizada por Irene Bersani contra a Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu – UNIG e a União Educacional e Cultural Piaget – UNIPIAGET objetivando a declaração de validade de diploma de conclusão de curso de Licenciatura em Letras, cancelado pela instituição de ensino em razão da Portaria n. 738/2016/MEC, bem como indenização pelos prejuízos ocasionados.

Distribuído o feito ao Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Birigui/SP, esse, reconhecendo o interesse da União na ação, declinou da competência em favor da Justiça Federal.

Por sua vez, o Juízo Federal da 1ª Vara de Araçatuba – SJ/SP afastou o interesse da União no feito, após manifestação dessa, determinando o retorno dos autos ao Juízo Estadual (fls. 77-79), o qual suscitou o presente conflito (fls. 4-11).

É o relatório. Decido.

Com efeito, verifica-se que o interesse jurídico da União foi explicitamente afastado pelo Juízo Federal, a quem compete decidir sobre o interesse do aludido ente no feito, nos termos da Súmula n. 150 desta Corte: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas."

Por outro lado, aplica-se, na espécie, o verbete sumular n. 254/STJ, que dispõe: "A decisão do Juízo Federal que exclui da relação

processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual".

Nesse diapasão, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO ORDINÁRIA OBJETIVANDO GARANTIR O TRATAMENTO MÉDICO ADEQUADO. VERIFICAÇÃO DA LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas (Súmula 150 do STJ), não cabendo à Justiça Estadual reexaminar a decisão, manifestando-se contrariamente (Súmula 254/STJ).

2. "Excluída a União da lide pelo Juizado Federal competente, cabe ao interessado interpor o recurso ordinário próprio, descabendo discutir na via do conflito de competência a necessidade de reingresso do ente federal no feito" (AgRg no CC 109096/SC, Relator Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/06/2011).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.143/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/2017, DJe 27/11/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZO ESTADUAL E JUÍZO FEDERAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO AFASTADO PELA JUSTIÇA FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA REFERIDA DECISÃO PELO JUÍZO ESTADUAL. INCIDÊNCIA SÚMULAS 150 E 254/STJ. PRECEDENTES DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. O Juízo Federal expressamente reconheceu a ilegitimidade passiva da União em decisão não recorrida. Incidência, na espécie, dos princípios contidos nas Súmulas 150/STJ e 254/STJ: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas"; "A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual".

2. A questão referente ao mérito da decisão do Juízo Federal suscitado é matéria a ser impugnada em via recursal própria, sendo inviável o seu exame, no presente Conflito de Competência.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 145.109/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 21/09/2016).

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Birigui/SP, ora suscitante, para processar e julgar a demanda originária.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator